

MAX WEBER¹

Wânia Gonzalez •

1. O papel da ciência e o tipo ideal

No início da sua vida intelectual – 1885 a 1897 – Max Weber se deteve nos acontecimentos da história do direito e da economia. Segundo Marianne Weber (1997) as suas primeiras obras refletem as inquietações de um historiador jovem que se preocupava com o desenvolvimento e a decadência da vida social.

Os princípios que guiaram Weber na seleção de material foram, primeiro e antes de tudo, a paixão política, então um sentido de justiça para os trabalhadores manuais, e também, a convicção de que a felicidade humana não era o importante, senão que a liberdade e a dignidade humana eram os valores últimos e supremos cuja realização deveriam estar ao alcance de todos (Marianne Weber, 1997, p. 306).

Ele partilhava também da convicção de que a economia política deveria se guiar por ideais nacionais e não por ideais de métodos de produção nem por ideais eudemonísticos².

Weber iniciou uma nova fase intelectual – 1903 a 1918 – após uma severa crise nervosa que durou aproximadamente quatro anos. Em virtude dos seus problemas de saúde, ele foi diminuindo a sua atividade como professor e como político e foi se tornando mais contemplativo. Foi nesse período que se dedicou a refletir sobre o problema lógico e epistemológico de sua ciência.

Marianne Weber (1997) afirma que Max Weber não se preocupou com uma apresentação sistemática de seu pensamento. A ausência de descrição dos princípios metodológicos que orientavam os seus estudos deve-se ao fato de estes serem encarados como ferramentas que o ajudavam a compreender os problemas. Não valorizava a forma como essas idéias podiam ser apresentadas, já que estas “brotavam” em sua mente. Quando terminava de redigir surgiam novos problemas. “Para Weber a grande limitação do pensamento discursivo era que este não permitia a expressão simultânea de várias linhas correlatas de pensamento” (Marianne Weber, 1997, p. 309).

¹ Texto extraído do livro da autora *Educação e desencantamento do mundo: contribuições de Max Weber para a Sociologia da Educação*, Papel Virtual Editora, 2002.

² Socióloga e Doutora em Educação - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora da FEBEF/UERJ e do Mestrado da UNESA.

² Doutrina que admite ser a felicidade individual ou coletiva o fundamento da conduta humana moral, i.e., que são moralmente boas as condutas que levam à felicidade. Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa, Editora Nova Fronteira, 1995.

O tema da cultura não é introduzido intencionalmente na obra do autor, ele perpassa os seus escritos nessa sua fase. O problema central de suas discussões epistemológicas era o conflito entre as Ciências Naturais e as Ciências Sociais. Estas últimas se ocupam de alguns aspectos da conduta humana que tem significação cultural. Para Marianne Weber, os aspectos mais singulares da lógica da história são os conceitos gerais da ciência cultural.

Paralelamente aos escritos epistemológicos, Weber realizou os seus estudos sobre as religiões. Nestes, ele investigou a relação da religião com todas as formas estruturais importantes da vida social. Entretanto, Marianne Weber advertiu que:

Os problemas da lógica cultural não eram os únicos que interessavam a Weber, sua intensa produtividade foi canalizada sempre por várias correntes que fluíam ao lado umas das outras, e de quando em quando as necessidades de outros, assim como estímulos externos, o levaram por canais laterais. Ao fim e ao cabo, tudo o que interessava e tinha uma insaciável sede de conhecimento [...] seus velhos interesses na política nacional, particularmente na política agrária, surgiam de quando em quando (Marianne Weber, 1997, p. 324-p.325).

Max Weber pretendeu com os seus estudos sobre as religiões “caracterizar o homem ocidental moderno e conhecer o seu desenvolvimento e a sua cultura” (Marianne Weber, 1997, p. 329). Ao reunir os seus estudos sobre esse tema, por volta de 1911, buscou verificar a relação das cinco grandes religiões mundiais com a ética econômica, analisando os elementos diretivos do estilo de vida dos estratos sociais que exerceram maior influência na ética prática de cada religião. Dessa forma, Max Weber objetivava refutar a tese de que uma determinada religião era o reflexo de interesses materiais de seus seguidores. Na avaliação dessa comentadora privilegiada da obra de Max Weber este pretendeu superar a visão, materialista da história apesar de expressar sua grande admiração pelas idéias de Karl Marx. Reconhecia que os fenômenos da vida cultural eram determinados economicamente mas não só por esse aspecto. A refutar a visão materialista da história, Max Weber não pretendia substituí-la por uma visão espiritualista. Pois, ambas seriam um mal serviço à verdade. Ele tencionava, isto sim, é mostrar a heterogeneidade de elementos que determinavam a existência de um fenômeno social.

Segundo Marianne Weber (1997), o autor mostrou em seus estudos sobre as religiões como estas vão sendo dotadas de um racionalismo que tendem a dissolver as noções mágicas mediante a consolidação da doutrina.

A civilização ocidental foi consolidando uma conduta de vida metódica que teve a sua origem com os gregos e culminou com a Reforma. A confluência de um racionalismo

teórico e prático é o aspecto que separa a civilização ocidental da civilização asiática. Em relação a esse aspecto, Marianne Weber (1997) afirmou que a especificidade do racionalismo oriental, assim como o caráter especial de toda a civilização ocidental, foram considerados pelo próprio Max Weber como uma das suas principais descobertas.

Em relação ao conjunto da obra do sociólogo alemão, sua esposa afirmou que algumas das suas indagações em relação ao caráter especial de toda a civilização ocidental nos possibilitam a compreensão de suas incursões na Sociologia da Arte e, também, de suas investigações sobre os fundamentos racionais e sociológicos da música.

Feitas essas considerações preliminares sobre a obra de Max Weber, farei a seguir a descrição dos aspectos metodológicos de sua obra e da Sociologia Compreensiva, tomando por base as reflexões do próprio autor.

O papel da ciência, assim como os aspectos metodológicos pertinentes às Ciências Sociais são elementos fundamentais na abordagem da Sociologia Compreensiva de Weber. Para o autor, a vocação da ciência refere-se ao auto-esclarecimento e ao conhecimento dos fatos a partir das diferentes disciplinas que a compõem. Ele foi enfático ao afirmar que não cabe à ciência fazer previsões. “Não é o dom da graça de videntes e profetas que cuidam de valores e revelações sagradas, nem participa da contemplação dos sábios e filósofos sobre o significado do universo” (WEBER, 1982, p.197). Contudo, ele afirmou que nenhuma ciência é livre de pressuposições e que as descobertas são freqüentemente ultrapassadas e superadas, cabendo ao cientista apenas a resignação diante desse fato.

Os pressupostos epistemológicos abordados por Weber podem ser resumidos de acordo com os seguintes aspectos:

- a) ênfase na distinção de princípio entre o conhecimento do ser e do dever ser. “Uma ciência experimental nunca poderá ter como tarefa a descoberta de normas ou ideais de caráter imperativo dos quais pudessem deduzir-se algumas receitas para a práxis” (WEBER, 1971, p.9);
- b) a origem da discussão científica é baseada em aspectos subjetivos;
- c) a significação da cultura é produzida por axiomas pessoais, fé, valores, etc. “O estabelecimento de um denominador comum prático para os nossos problemas, sob a forma de um conjunto de ideais supremos de validade universal de forma alguma constituiria numa tarefa quer para essa revista⁽³⁾ quer para a ciência empírica em ge-

³ A revista ao qual o autor se refere é *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*.

ral” (WEBER, 1971, p.15). Essa é uma tarefa para as religiões. Mas, isso não tem nada a ver com objetividade científica. A verdade científica deve ser separada da defesa de nossos ideais.

A ciência intervém na vida prática e pessoal dos indivíduos na medida em que possibilita a sua compreensão, mas não de maneira impositiva. A ciência pode também contribuir para a atuação dos indivíduos engajados politicamente, subsidiando a avaliação de um problema prático e relacionando os fatos que devem ser levados em conta na sua escolha. As ciências, particularmente a Filosofia, podem ajudar os indivíduos “a prestar contas do significado último de sua própria conduta”.⁽⁴⁾ Em síntese, a importância da ciência se refere aos seguintes aspectos:

Primeiro, é claro, a ciência contribui para a tecnologia do controle da vida calculando os objetos externos bem com as atividades do homem [...] Segundo, a ciência pode contribuir com algo que o verdureiro não pode: métodos de pensamento, os instrumentos e treinamento para o pensamento [...] Estamos em condições de levar-vos a um terceiro objetivo: a clareza (WEBER, 1982, p.178).

O avanço da ciência e sua penetração nas diversas esferas da vida dos indivíduos, nas sociedades modernas, não eram encarados pelo autor de maneira positiva. Para ele, a racionalização, a intelectualização e o "desencantamento do mundo" tinham contribuído para a exclusão dos valores mais sublimes da vida pública. Esses valores seriam os relacionados à fraternidade das relações humanas.

Weber (1971), ao focar as características do trabalho científico social, indagou em que sentido existem verdades objetivamente válidas no âmbito da vida cultural. Essa indagação se relaciona aos problemas mais elementares das ciências sociais, tais como a organização do método de trabalho, o modo de formar conceitos e a validade destes. As instituições e os acontecimentos culturais são o objeto das ciências sociais em geral, e particularmente da Sociologia. Esta ciência, nos seus primórdios, não fazia uma distinção entre o conhecimento do ser e do dever ser, pois partia-se do pressuposto de que os fenômenos econômicos eram regidos por leis invariáveis e possuíam um desenvolvimento unívoco. Essa coincidência entre o dever ser e o ser torna inevitável o devir,⁽⁵⁾ o que impossibilita a objetividade nas ciências sociais. Para Weber, uma ciência “nunca poderá ter como ta-

⁴ Segundo o autor, o docente, subsidiado pela ciência, tem o papel de desenvolver esse tipo de procedimento nos alunos.

⁵ Devenir ou vir-a-ser. Transformação incessante e permanente pela qual as coisas se constroem e se dissolvem noutras coisas. Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa, Editora Nova Fronteira, 1995.

refa o estabelecimento de normas e ideais, com o fim de derivar deles algumas receitas para a práxis” (WEBER, 1971, p.9).

O autor negava que os juízos de valor estivessem fora da discussão científica, mas estes têm origem "subjéitiva", já que são baseados em determinados ideais. “A ciência empírica não é capaz de ensinar o que 'deve', senão o que 'pode' e - em certas circunstâncias - o que quer” (WEBER, 1971, p.12). Para Weber, não compete à ciência resolver os problemas da práxis, pois essa atribuição coaduna-se melhor com as religiões. Por isso ele ressaltava que o cientista deve separar o cumprimento do dever científico de abordar a verdade dos fatos e o dever prático de defesa dos ideais.

A realidade não permite ao pesquisador a dedução de leis, na medida em que esta não nos fornece critérios do que deve ser valorizado pelo estudioso. Dessa forma, ele acentuava que não existe um conhecimento da realidade “livre de pressupostos”. As idéias de valor são decorrentes do ponto de vista do indivíduo e são elas, conseqüentemente, que norteiam o sentido atribuído a um determinado problema, o seu objeto de estudo, os limites destes e, também, a significação atribuída a ele. A significação cultural é a base do interesse científico, independentemente de seu conteúdo. Weber admitia, com isso, que “o conhecimento é subordinado a pontos de vista particulares” (WEBER, 1991, p.97).

As idéias de valor do pesquisador são fundamentais na seleção do tema que o indivíduo aborda como problema. O cientista seleciona o seu objeto de estudo entre a infinidade de fenômenos culturais, a partir de seus interesses culturais. Estes, por sua vez, motivam o seu desejo de conhecimento e estão inseridos nas idéias de valor de que partilha. “O elemento 'pessoal' é o que verdadeiramente confere valor a uma obra científica” (OCS, p.98). Entretanto, apesar das premissas subjetivas que orientam o conhecimento científico-cultural, os resultados obtidos não são subjetivos, ou seja, válidos para uns e não para outros. É nesse sentido que o autor afirmava que “toda descoberta científica nas ciências sociais tem que ser válida até para um chinês” (WEBER, 1971, p.17) .

A postura a ser adotada pelos cientistas sociais, segundo Weber, deveria levar em conta os seguintes aspectos: a) esclarecer aos interlocutores os padrões de valores adotados; b) explicitar em que momento o posicionamento adotado não é compatível com as reflexões do cientista e, sim, com as reflexões do “homem dotado de vontade”.

A Ciência Social concebida por Weber tem como proposta ser uma ciência da realidade. A compreensão desta deve levar em conta dois aspectos: as conexões e a significação cultural de suas manifestações, assim como as causas de seu desenvolvimento históri-

co. O autor defendeu a idéia de que apenas um fragmento da realidade pode ser objeto de compreensão científica, o que não impede que a realidade seja apreendida no seu contexto universal.

No que tange à diferenciação entre as Ciências Sociais e as Ciências Naturais, Weber afirmou que as Ciências Sociais valorizam o aspecto qualitativo dos fatos, enquanto as Ciências da Natureza – ele citava especificamente a astronomia – despertam o interesse dos indivíduos por avaliar quantitativamente os fenômenos.

As leis de causalidade norteiam o estudo sociológico como um meio de estudo, e não como um fim. Essas leis possibilitam a imputação causal dos elementos que são importantes para a cultura pela sua individualidade (no sentido do que há de específico em suas causas concretas). Apesar de as leis possibilitarem o conhecimento das causas dos fenômenos históricos, sua generalidade faz com que sejam vazias de conteúdo.

O conceito de tipo-ideal é central para o entendimento da Sociologia de Weber. O referido conceito é um recurso metodológico, isto é, uma ferramenta utilizada na investigação, que orienta a conduta do pesquisador na construção de hipóteses. O quadro descrito a partir do tipo-ideal é impossível de ser encontrado empiricamente na realidade, pois esta é retratada a partir de seus traços típicos que auxiliam ao pesquisador na formulação de suas questões.

O autor enfatizou que o valor do tipo-ideal é negado pelos indivíduos que acreditam que o conhecimento da realidade possa ser uma cópia dos fatos objetivos. Mas, para ele, o tipo-ideal é um quadro de pensamento, e não da realidade – o seu valor não se relaciona a uma apreciação avaliadora da realidade, e sim ao seu caráter puramente lógico.

A utilização do tipo-ideal é defendida por Weber porque “As ‘idéias’ que dominaram os homens de uma época, isto é, as que neles atuaram de forma difusa, só poderão ser compreendidas – logo que se trate de um quadro de pensamento complicado – com o rigor conceitual sob a forma de tipo-ideal” (WEBER, 1971, p.56). Conforme explicitarei a seguir, é, justamente, com o auxílio dessa ferramenta, que o autor descreve os tipos-ideais de ação social e de dominação.

No que se refere à utilização dos tipos-ideais, Weber faz questão de salientar que não se trata de uma avaliação apreciadora da realidade e, por isso, o pesquisador tem “o dever elementar do auto-controle científico, único meio suscetível de evitar surpresas, que compara a realidade com tipos-ideais em sentido lógico, e uma apreciação avaliadora da realidade a partir de ideais” (WEBER, 1971, p.72).

O tipo-ideal possibilita a caracterização das relações individuais e o entendimento da natureza particular dos fenômenos culturais. A compreensão do que é típico não implica a redução da realidade a determinadas leis. O que diferencia o tipo-ideal dos conceitos genéricos é o fato de o primeiro possibilitar ao pesquisador o entendimento do que é específico aos fenômenos culturais, e não do que é genérico. “A ciência amadurecida significa sempre uma superação de tipo-ideal enquanto se lhe atribui uma validade empírica ou valor de conceito genérico” (WEBER, 1991, p.120).

2. Ação social

A Sociologia tem como objeto a conexão de sentido das ações. Nas Ciências Sociais, por se tratar de intervenção de fenômenos espirituais, a compreensão é diferente do conhecimento das Ciências da Natureza. Nas Ciências Sociais, o conhecimento dos fenômenos deve levar em conta a sua *significação cultural*. Entretanto, essa significação não pode ser deduzida de um sistema de conceitos de leis e, também, não pode ser justificada nem explicada por ele. Em contrapartida, a significação requer a relação dos fenômenos culturais com *idéias de valor*. No sentido empregado por Weber, a Sociologia deve compreender de maneira interpretativa a ação social, e sua explicação deve levar em conta seu curso e seus efeitos. O autor afirmou que a distinção entre a orientação pelo comportamento alheio e o sentido da ação não pode ser verificado claramente. Entretanto, conceitualmente podiam ser separados para diferenciar o que se trata de um comportamento reativo de uma ação propriamente dita. Apesar de o fato central da Sociologia ser o estudo do curso da ação, esta ciência não se limita apenas a isso.

A Sociologia deve levar em conta a conexão entre os motivos supostos e a orientação real da ação interpretando o seu sentido. Essa interpretação pressupõe o fato de que os indivíduos nem sempre têm um sentido visado concretamente em suas ações. A conexão do sentido das ações só pode ser compreendida na medida em que se pressupõe que ela é resultante do comportamento de um ou vários indivíduos.

Weber advertiu que não é qualquer ação que deve ser objeto de estudo da Sociologia. Por isso diferenciou ação de ação social. A ação é definida como um comportamento humano em que os indivíduos se relacionam com um sentido subjetivo. Na ação social a orientação do comportamento do indivíduo leva em conta o comportamento dos outros indivíduos, que podem ser conhecidos ou desconhecidos do indivíduo em questão. Além des-

se aspecto, o autor acrescenta que: a) a ação social só é social quando se orienta pelas ações alheias;⁽⁶⁾ b) somente alguns contatos entre os indivíduos têm caráter social e se constituem em ações sociais;⁽⁷⁾ c) as ações reativas, inclusive as relativas ao comportamento de massa, quando não há uma relação de sentido com a situação, não são consideradas ações sociais.

Toda ação, inclusive a social, pode ser determinada de modo racional referente a fins, de modo racional referente a valores, de modo afetivo e de modo tradicional. A ação racional referente a fins relaciona-se ao comportamento do indivíduo objetivando alcançar determinados resultados que fazem parte de suas expectativas e que são perseguidos de maneira racional. A crença em valores relacionados à religião, à ética, etc. norteia o comportamento do indivíduo, caracterizando a ação racional referente a valores. Nesse tipo de ação o indivíduo privilegia mais a sua coerência em relação aos valores a que aderiu do que o resultado obtido a partir de sua ação. Acrescem-se às ações mencionadas a de modo afetivo e a de modo tradicional: a ação afetiva é orientada pelo estado emocional, enquanto a ação tradicional é orientada pelo costume.

Weber ressaltou que essas formas de orientação da ação social não se constituem numa classificação que esgota todas as ações reais, mas são tipos conceituais construídos com o intuito de auxiliar a pesquisa sociológica. Esclareceu, também, que as modalidades de ação social se encontram mescladas na realidade, isto é, uma mesma ação pode ser tradicional e racional referente a valores, por exemplo. A ação orientada pelo fim serve à Sociologia como tipo-ideal, uma vez que possui um grau maior de evidência do que as demais. Entretanto, isso não significa que o autor atribua uma maior importância ao racional nas explicações acerca da realidade, apesar de método da Sociologia Compreensiva ser racionalista:

[A Sociologia] nada pretende dizer sobre a medida em que na realidade ponderações racionais da relação entre meios e fins determinam ou não as ações *efetivas* [...] Processos e objetos alheios ao sentido são levados em consideração por todas as ciências ocupadas com a ação: como ocasião, resultado, estímulo ou obstáculo da ação humana (WEBER,1997, p.7).

A Sociologia também deve abordar as formações conceituais de caráter coletivo, apesar de Weber negar a existência de uma personalidade coletiva em ação. As formações

⁶ O comportamento religioso não é considerado pelo autor uma ação social quando se reduz a uma contemplação ou a uma oração solitária.

⁷ Esse aspecto é exemplificado a partir do choque entre dois ciclistas, que é considerado um fenômeno natural; entretanto, estaria caracterizada uma ação social se ambos tentassem desviar, se houvesse xingamento ou discussão.

do tipo Estado, cooperativa, sociedade por ações e fundações só podem ser compreendidas por meio das ações individuais, já que apenas esse tipo de ação é orientado por um sentido. Mas, os conceitos coletivos servem como uma referência a um determinado curso da ação dos indivíduos. A interpretação da ação mantém com os conceitos coletivos as seguintes relações:

- a) a obtenção de uma terminologia compreensível em função de se ter de trabalhar com conceitos semelhantes, como, por exemplo, o Estado como conceito sociológico e como conceito jurídico; e
- b) as formações coletivas integrantes tanto do pensamento cotidiano como do jurídico e de outras áreas expressam algo que existe e que pretende vigorar, isto é, existe na mente de pessoas reais e orienta as ações dos indivíduos.

A diferença entre a Sociologia e as demais ciências que estudam as ações sociais está em que a primeira não busca um sentido correto ou verdadeiro das ações sociais. Essa afirmação baseia-se no fato de o autor considerar que não existe um sentido correto ou metafísico da relação social, e sim o sentido empiricamente visado pelos participantes em média, ou o tipo puro. O relacionamento recíproco entre as ações pode ter um caráter bastante diversificado, como, por exemplo, luta, inimizade, amor, amizade, etc. Convém ressaltar que o conceito de relação social⁽⁸⁾ adotado pelo autor não traz em si uma suposição de que exista solidariedade ou conflito entre os indivíduos.

O pesquisador deve ter o conhecimento das ações que influenciam a “conservação” e o desenvolvimento da ação social numa determinada direção. Esse procedimento deve anteceder questionamentos sobre a origem das ações, os motivos que as determinam, as ações consideradas típicas que são pertinentes à análise. Segundo Weber, são essas as questões que possibilitam o entendimento, na perspectiva sociológica, das ações de indivíduos diferenciados. Esse procedimento também deve ser adotado na análise dos indivíduos, inclusive numa economia socialista.

⁸ A relação social, na definição do autor, caracteriza-se pelo comportamento de diversos indivíduos em cujo sentido de ação existe uma certa probabilidade. “Sempre se trata do sentido empírico visado pelos participantes no caso concreto, em média ou no tipo ‘puro’ construído, e nunca no sentido normativamente ‘correto’ ou metafisicamente verdadeiro. A relação social consiste exclusivamente, mesmo no caso das chamadas ‘formações sociais’ como ‘Estado’, ‘Igreja’, ‘cooperativa’, ‘matrimônio’ etc., na probabilidade de haver no passado, no presente ou no futuro, e de forma indicável, ações reciprocamente referidas quanto a sentido” (ES, p.22).

As ações dos indivíduos podem ser orientadas por diversas ordens⁽⁹⁾ contraditórias, inclusive numa mesma ação. A vigência de cada uma dessas ordens indica a probabilidade de que a ação se oriente por ela. Nessa perspectiva, a Sociologia difere, por exemplo, da jurisprudência, que pressupõe a existência de uma ordem unívoca. As ordens podem ter a conotação de leis e convenções orientando a escolha, inclusive, de medidas econômicas.

Entre a probabilidade de que a ação se oriente pela representação da vigência de uma ordem que, em média, se estende de determinada maneira, e a ação econômica, existe, evidentemente (em determinados casos), uma relação causal, no sentido habitual da palavra. Para a Sociologia, precisamente aquela probabilidade de orientação por essa representação, e mais nada, 'é' a ordem vigente" (WEBER,1997, p.27).

Weber esclarecia que a legitimidade da ordem pode estar garantida de modo afetivo, de modo racional referente a valores, de modo religioso e pelas expectativas de determinadas conseqüências externas (convenções e direito).

A Sociologia Compreensiva aborda o comportamento pelo seu caráter social, não se detendo nas motivações psicológicas dos indivíduos. ⁽¹⁰⁾ As proposições da Sociologia, as suas leis, referem-se às probabilidades típicas das ações sociais cujos motivos e sentidos visados pelos agentes são, também, típicos e confirmados a partir da sua observação. A possibilidade da compreensão inequívoca do curso de uma determinada ação, ou seja, o seu curso típico relaciona-se ao fato de ser baseada em motivos racionais orientados por fins. Nesse sentido, a ação orientada a um fim serve à Sociologia como tipo-ideal, pois "permite compreender a ação real, influenciada por irracionalidades de toda espécie (afetos, erros) como o 'desvio' do desenrolar a ser esperado no caso de um comportamento puramente racional" ((WEBER,1997, p .7). A ação orientada por um fim possui um grau maior de evidência do que a orientada por valores e por impulsos afetivos.

Os pressupostos racionais são o fundamento da maioria das leis sociológicas. Entretanto, a Sociologia procura também compreender os fenômenos irracionais, tais como fenômenos místicos, proféticos, inspiracionais e afetivos, valendo-se de conceitos teóricos adequados.

3. Relação de poder e dominação

⁹ As ordens são definidas como as "máximas indicáveis" que orientam a ação, possibilitando a compreensão do sentido de uma relação social. (ES, p.25) .

¹⁰ Weber reconheceu a importância na abordagem da vida psíquica dos indivíduos para outros fins de conhecimento.

A probabilidade de se prestar obediência a um mandato é a síntese do conceito de dominação de Weber. Os motivos que fundamentam a submissão dos indivíduos são variados, tais como a obtenção de vantagens por quem obedece, o costume, o afeto a quem domina, etc. Dessa forma, o autor ressaltou que o exercício da dominação não se vincula apenas à posse de determinados meios econômicos.

O poder relaciona-se à imposição da vontade numa determinada relação social, mesmo contra resistências. Diferentemente, a dominação se caracteriza pela obediência a uma determinada ordem. Sociologicamente, o conceito de dominação é mais importante do que o de poder, já que esse é muito abrangente. O conceito de poder é considerado como sociologicamente amorfo por englobar uma multiplicidade de situações nas quais um indivíduo pode impor sua vontade a outro. A precisão do conceito de dominação refere-se ao fato de se limitar à probabilidade de encontrar obediência a uma ordem. A situação de dominação caracteriza-se pela presença de alguém mandando em outros indivíduos de maneira eficaz. A existência de um quadro administrativo e/ou de uma associação é outra característica da referida situação. É um aspecto relevante, também, caracterizar-se pela submissão de seus membros às relações de dominação existentes, decorrentes da ordem vigente.

A legitimidade garante a persistência de uma determinada forma de dominação. Para Weber, essa persistência não está relacionada apenas a motivos materiais, afetivos ou racionais referentes a valores, acrescentando-se a isso que a vigência legítima atribuída a uma ordem pelos indivíduos pode estar relacionada, também, à tradição e à legalidade.

O tipo de obediência ⁽¹¹⁾ e o tipo do quadro administrativo responsável pelo seu cumprimento, assim como o caráter do exercício da dominação, caracterizam as diferenças de legitimidade que dão sustentação a um determinado tipo de dominação.

A crença na legitimidade não é o único elemento que leva os indivíduos ou os grupos a obedecerem a uma dominação: Weber citava que esta pode ser consequência de um interesse material, ou aceita devido à fraqueza e ao desamparo dos indivíduos. O elemento decisivo para se identificar uma dominação é a sua “pretensão de legitimidade, [que ela] por sua natureza, seja ‘válida’ em grau relevante, consolide sua existência e determine, entre outros fatores, a natureza dos meios de dominação escolhidos” (WEBER,1997, p.175). Para o autor, nas sociedades modernas, a crença na legalidade, em virtude de um estatuto, é a forma mais comum de legitimidade. Nesse caso, a legalidade pode ser considerada legíti-

¹¹ Essa noção refere-se à variação do grau de questionamento, valor ou desvalor de uma ordem.

ma devido a um acordo existente entre os indivíduos ou devido a uma imposição aos mesmos.

Weber descreve a existência de três tipos de dominação legítima:⁽¹²⁾ de caráter racional, de caráter tradicional e de caráter carismático. A dominação racional ou legal refere-se ao tipo mais puro: a dominação burocrática. Esta baseia-se na legitimidade das ordens e no direito de mando de quem as está delegando e em um sistema de normas racionais instituídas. Essa forma de dominação corresponde à estrutura moderna do Estado e, também, das empresas capitalistas.⁽¹³⁾

A dominação de caráter tradicional tem como seu tipo mais puro a dominação patriarcal, que se baseia na legitimidade da tradição e do costume representada pela autoridade. A estrutura patriarcal de dominação se constituiu num dos princípios estruturais pré-burocráticos mais importantes, na qual, a autoridade exerce seu domínio no interior de uma comunidade doméstica. A diferença entre a dominação burocrática e a patriarcal é que, na primeira, a partir da norma previamente estabelecida se cria a legitimidade do mando; a segunda se baseia na submissão ao senhor, que dá garantia à legitimidade das normas por ele instituídas. Essas normas se consagram pela tradição, e não pelo fato de terem sido escritas. Na burocracia, a vigência de uma ordem possui respaldo na necessidade técnica do seu cumprimento, já que foi elaborada por um indivíduo que possuía uma competência especial. Enquanto a necessidade técnica é o fundamento do poder burocrático, a crença na autoridade fundada na devoção à autoridade familiar é o fundamento da dominação patriarcal.

A dominação carismática refere-se à devoção afetiva à figura do senhor e a seus dotes extraordinários ou sobrenaturais, que podem estar relacionados ao poder heróico ou ao caráter exemplar de um determinado indivíduo. Redentores, profetas e heróis de toda classe são exemplos de dominação carismática. O carisma constitui-se numa vocação e numa missão – o seu aproveitamento econômico é repudiado. Quando o carisma perde seu caráter efêmero tende a se tradicionalizar mediante sua rotinização – isso acontece quando

¹² O autor esclarece que esses tipos não se encontram na realidade e que “nem de longe se cogita aqui sugerir que toda a realidade histórica pode ser ‘encaixada’ no esquema conceitual desenvolvido no que se segue [três tipos de dominação]” (ES, p.173).

¹³ A esse respeito o autor esclarece que “Do ponto de vista social, a dominação burocrática significa, em geral: 1. a tendência ao nivelamento no interesse na possibilidade de recrutamento universal a partir dos profissionalmente mais qualificados; 2. a tendência à plutocratização no interesse de um processo muito extenso de qualificação profissional (freqüentemente quase até o fim da terceira década de vida); 3. a dominação da impessoalidade formalista: *sine ira et studio*, sem ódio e paixão, e, portanto sem ‘amor’ e ‘entusiasmo’ sob a pressão de simples conceitos de dever, sem considerações pessoais, de modo formalmente igual para ‘cada qual’, isto é, cada qual dos interessados que efetivamente se encontrem em situação igual – é assim que o funcionário ideal exerce o cargo” (ES, p. 179 e 180).

as camadas privilegiadas têm necessidade de legitimar sua condição social e econômica mediante a consolidação de seus direitos adquiridos.

O carisma autêntico não se baseia numa ordem instituída ou em direitos adquiridos, mas sim na revelação pessoal, sem ligação com interesses econômicos. Os sucessores do herói carismático encontram uma situação favorável de exercício de poder: os subordinados já estão de alguma forma acostumados a sua qualidade de poder sobrenatural fundamentado justamente na legitimidade carismática, que pode se manifestar de formas variadas, pois, não existem regras rígidas para a comprovação do carisma. Quem herda o carisma deve comprovar a sua posse com outro poder carismático, o que acontece no poder hierocrático, ou seja, religioso. A confirmação de que um indivíduo possui o mais elevado carisma pessoal é efetuada pelos peritos profissionais do divino.

As formas de obediência dos indivíduos variam de acordo com os diferentes tipos de dominação, por exemplo; na dominação racional-legal obedece-se à ordem impessoal; na dominação tradicional, à figura do senhor nomeado pela tradição. Diferentemente dos dois tipos citados, na dominação carismática, obedece-se ao líder carismaticamente qualificado. Sendo assim, a legitimação do domínio é exercida segundo três tipos de autoridade: tradicional, carismático e legal.

O Estado moderno é caracterizado por Weber como uma instituição em que a dominação é exercida legalmente a partir da “existência de uma ordem administrativa e jurídica que só pode ser modificada por meio de estatutos” (WEBER,1997, p.45).

O Estado não pode ser definido pelos seus fins, e sim pelos seus meios específicos. Isso porque, o Estado é considerado a única fonte do direito em que o seu quadro administrativo tem o monopólio legítimo do uso da força física para impor padrões de conduta. Nessa perspectiva, a atividade política é caracterizada pelo sociólogo alemão a partir da participação no poder ou da luta para influir na sua distribuição, tanto entre Estados como também entre grupos no interior do mesmo Estado. “O Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio de violência legítima (isto é, considerada legítima). Para que o Estado exista, os dominados devem obedecer à autoridade alegada pelos detentores de poder” (WEBER,1997, p.98 e 99).

4. Racionalização das instituições e do direito

Em seus estudos sobre as religiões, Weber pretendeu, deter-se na racionalização da conduta de vida na medida em que esta assume formas diversificadas de dimensão prática. Esse aspecto pode ser exemplificado a partir das diferenças existentes entre o protestantismo, o catolicismo e o confucionismo. Este último difere do racionalismo prático de qualquer outro racionalismo ocidental. “Em geral, todos os tipos de ética prática que são sistemática e claramente orientadas para metas fixas de salvação são ‘racionais’” (WEBER,1997, p.338). O autor considerava revolucionária a ética que norteia as diferentes religiões por elas não estarem presas à ordem existente. Ele ressalta que apesar de autoridade carismática ser irracional, suas metas de salvação são racionais.

Apesar de existirem formas de racionalidade tanto no Ocidente como no Oriente, o desenvolvimento do capitalismo se deu no Ocidente. Para Weber, o avanço das Ciências Matemáticas e das Ciências da Natureza contribuiu para que isso acontecesse. Somam-se a esse aspecto as estruturas racionais do direito e da administração como elementos que dão sustentação legal à racionalidade ocidental. Ao estudar as religiões ocidentais, particularmente o protestantismo, o autor pretendia verificar a peculiaridade específica do racionalismo ocidental, esclarecendo a sua origem. Weber o comparou às religiões orientais, objetivando destacar os aspectos nos quais estas diferem da civilização ocidental. Os seus estudos sobre as religiões mundiais⁽¹⁴⁾ lhe permitiram enfatizar que a racionalização do Ocidente possui aspectos distintos da existente no resto do mundo.

O autor considerou que o desenvolvimento do Direito no Ocidente estava relacionado a motivos políticos. Segundo ele, “não há no capitalismo, como tal, nenhum motivo decisivo da forma de racionalização do Direito, que desde a época da educação romanística universitária é característica do Ocidente continental” (WEBER,1997, p.658). Mas Weber salientou que o desenvolvimento do Direito trouxe condições favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo, fato que é explicado por ele a partir da constatação de que a educação jurídica estava a cargo, principalmente, dos advogados, que eram responsáveis pela formação dos juizes. Essa situação beneficiava os advogados na representação dos interesses de particulares possuidores de fortuna, os capitalistas, o que conseqüentemente, contribuía para o desenvolvimento do capitalismo.

Em relação ao ensino jurídico, Weber referiu-se à separação entre os indivíduos possuidores desse tipo de saber e os leigos.

¹⁴As obras do autor sobre o tema são: *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1904-05); *A religião na China* (1915); *A religião na Índia* (1916); *O antigo judaísmo* (1917) e *Sociologia da religião* (1922).

A educação jurídica escolar reagiu contra a justiça dos leigos com a pretensão de que estes [...] ficassem subordinados à função jurisdicional ao controle dos técnicos, isto é, instituir colégios mistos nos quais os leigos – assim como revela a experiência – estariam submetidos à influência dos juristas profissionais, o que significaria mais do que publicidade obrigatória, as decisões dos especialistas” (WEBER,1997, p.658).

No Ocidente, a educação escolar contribuiu para que a justiça adquirisse “o selo jurídico formal que lhe é próprio”. O predomínio dos juristas profissionais está relacionado à especialização obtida através da educação escolar. Esses profissionais contribuíram para a sistematização das leis, subsidiada por uma racionalidade adquirida nas Universidades.

5. Pequena biografia do autor

Max Weber, ilustre intelectual alemão, nasceu em Erfurt, na Turíngia, em 21 de abril de 1864. Seu pai era jurista e sua mãe uma mulher de grande cultura atenta aos problemas religiosos e sociais de sua época. Weber iniciou, em 1882, os estudos superiores em Heidelberg, na Faculdade de Direito, e em 1889 ingressou no Doutorado em Direito com a tese sobre as empresas comerciais na Idade Média. Em 1891 defende a sua tese e começa a sua carreira de professor universitário em Berlim. A sua saúde era debilitada em virtude de uma séria doença nervosa que o obrigava a interromper seus trabalhos científicos, a primeira dessas crises aconteceu em 1897. O autor faleceu em 14 de junho de 1920, em Munique, e deixou uma vasta produção intelectual da qual destacamos as obras *Economia e Sociedade* e *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

• Referências Bibliográficas

WEBER, Marianne. *Biografia de Max Weber*. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.

WEBER, Max. *La objetividad del conocimiento en las ciencias y la política sociales*. Separata de *Sobre la teoría de las Ciencias Sociales*. Barcelona, Ediciones Peninsula, 1971. p. 5-91.

_____. *Ensaio de Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.

_____. *A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais*. In: COHN, Gabriel, org. Max Weber. São Paulo, Ática, 1991. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 11. ed. São Paulo, Pioneira, 1996. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).

_____. *Economía y sociedad: esbozo de Sociología Comprensiva*. 11. ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.